



SENADO FEDERAL



EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2013
PUBLICAÇÃO: 17/05/2013
Processo n.º 000.945/13-7

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE TELEFONIA MÓVEL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO DE DADOS A PARTIR DE TERMINAIS MÓVEIS, NAS MODALIDADES SMP E STFC.

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO, leva ao conhecimento dos interessados que realizará processo de credenciamento com vistas a prestação de serviços de telefonia e comunicação de dados a partir de terminais móveis, nas modalidades SMP e STFC, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto do presente Edital o credenciamento de empresas para prestação conjunta do Serviço Móvel Pessoal – SMP e Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC na modalidade Longa Distância – LD para serviços de telefonia e comunicação de dados a partir de acessos móveis, nas condições estabelecidas no Contrato de Credenciamento, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. - Somente poderão participar deste credenciamento consórcios de empresas ou empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.2. Não poderão participar do credenciamento, direta ou indiretamente, empresas e/ou consórcios de empresas que, por qualquer motivo:

2.2.1 - tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

2.2.2 - tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

2.2.3 - estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

2.2.4 - estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;



SENADO FEDERAL

2.2.5 - encontrem-se em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

3. DOS CONSÓRCIOS

3.1 – Não poderá participar do consórcio empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO, bem como os ocupantes de cargos ou funções comissionadas de direção do Senado Federal.

3.2 – As empresas consorciadas não poderão participar, neste credenciamento, de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outra empresa/consórcio participante.

3.3 – Estará impedida de participar do consórcio a empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

3.4 – Antes da celebração do Contrato de Credenciamento, a participante vencedora deverá comprovar a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas neste edital e será a representante das consorciadas perante a União.

3.4.1 – No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, conforme disposto no parágrafo primeiro do art. 33 da Lei nº 8.666/1993, e no inciso VII do art. 15 do Decreto nº 4.555/00.

3.4.2 – No compromisso de constituição do consórcio deverão estar discriminadas a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles, tanto na fase de habilitação ao credenciamento quanto na de execução do Contrato de Credenciamento, bem como o dever de a empresa líder receber e repassar os pagamentos efetuados pelo SENADO às demais consorciadas;

3.5 - As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de credenciamento e durante toda a vigência do contrato oriundo do Credenciamento.

3.6 – Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório, sendo que:

3.6.1 – A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;



SENADO FEDERAL

3.7 – O prazo de duração de consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do Credenciamento.

3.8 – Os consorciandos deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, salvo quanto à sua liderança, restrita às empresas que o compõe. Em qualquer caso, a alteração deverá ser submetida à anuência e aprovação do SENADO, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original.

3.9 - Os consorciandos deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para os fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria diferente da de seus integrantes.

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

4.1 - Para habilitar-se ao credenciamento, a empresa deverá apresentar a documentação exigida no item 4.2, juntamente com a Solicitação de Credenciamento, conforme modelo constante do Anexo 6, a qual implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

4.2 – Para fins de habilitação ao credenciamento as empresas interessadas deverão comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade trabalhista apresentando os documentos abaixo relacionados no Protocolo Administrativo do Senado Federal, situado no andar Térreo, Anexo I, Senado Federal, Brasília-DF, no horário das 9h às 17h, a partir da data de publicação deste Edital e durante os 12 (doze) meses subsequentes.

4.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) atos constitutivos e suas respectivas alterações devidamente registrados e/ou um dos documentos mencionados no art. 28 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

4.2.2. REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do MF – Ministério da Fazenda;

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual e municipal, ou do Distrito Federal (DIF);

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF);



SENADO FEDERAL

d) prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (CND);

e) prova de regularidade com a Fazenda Pública, mediante a apresentação exclusiva dos seguintes documentos:

e.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conjuntamente com a Secretaria da Receita Federal;

e.2) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal ou estadual, expedida pela Secretaria da Fazenda; e

e.3) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda municipal, expedida pela Secretaria da Fazenda.

4.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta habilitação, mediante cópia(s) do(s) contrato(s) de concessão e/ou do(s) termo(s) de autorização para a prestação de SMP e STFC LD, outorgada pela ANATEL, nos termos da legislação em vigor

4.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

4.2.5. REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

4.2.6. APRESENTAR AINDA OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

a) declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo 7;



SENADO FEDERAL

b) declaração, sob as penas da lei, de que a licitante não se encontra em qualquer situação prevista no item 2.2 deste edital, conforme modelo constante do Anexo 8; e

c) declaração de inexistência de fato impeditivo, conforme modelo constante do Anexo 9.

4.3 – Caso o participante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativos a apenas um deles, com o mesmo CNPJ.

4.3.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

4.4 – O documento que não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de entrega da documentação referente à habilitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

4.4.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminada.

5. DA IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

5.1 - Os atos deverão ser praticados por sócio ou representante legal que, devidamente identificado, será o único admitido a intervir nas fases de procedimento de Habilitação ao credenciamento e a responder pela empresa que representa, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital e seus anexos.

5.2 - Para a identificação deverão ser apresentados os seguintes documentos:

5.2.1 – documento oficial de identidade do representante legal (original e cópia);

5.2.2 – procuração que, na forma de lei, comprove a outorga de poderes, com firma reconhecida com finalidade específica para credenciamento (original e cópia);

5.2.3 – original ou cópia autenticada do ato constitutivo, contrato ou estatuto social.

5.3 - O representante da empresa participante deverá entregar seus documentos de identificação juntamente com os documentos de habilitação.



SENADO FEDERAL

5.4 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa.

5.5 – A SSCDIR reserva-se no direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e/ou julgar necessário.

6. DO JULGAMENTO, DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO E DO RECURSO

6.1 - Os documentos de habilitação ao credenciamento apresentados pelas empresas serão analisados e julgados pela SSCDIR, a qual emitirá parecer conclusivo.

6.2 – A documentação referente à habilitação será objeto de análise pelo SENADO que verificará a conformidade dos documentos com as exigências do edital, sendo desclassificadas, motivadamente, aquelas que não estejam adequadas aos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos.

6.3 - O resultado final do julgamento dos documentos de habilitação será divulgado no Diário Oficial da União – D.O.U., Sessão 3, e no Portal da Transparência do SENADO após 10 (dez) dias úteis da data de recebimento dos envelopes com a referida documentação.

6.4 - Os interessados poderão recorrer do resultado publicado, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do primeiro dia subsequente à data da divulgação prevista no item anterior, no mesmo local estabelecido no item 4.2.

6.5 - O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada para esta finalidade, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.

7. DA HOMOLOGAÇÃO E VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

7.1 – O Diretor da Secretaria de Administração de Contratações assinará o Termo de Homologação do Credenciamento, conforme Anexo 2, após análise do parecer da SSCDIR, em até 15 (quinze) dias úteis a contar da divulgação do resultado da habilitação, devendo o SENADO encaminhar cópia do termo de homologação para o Credenciado.

7.2 – O presente credenciamento terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data da Homologação do Credenciamento, sem possibilidade de prorrogação.



SENADO FEDERAL



7.3 – Cada participante que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será convocado, durante o prazo mencionado no item 7.2, para assinar o Contrato de Credenciamento com o SENADO para prestação dos serviços objeto deste edital, devendo apresentar as informações constantes no Anexo 5.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

8.1 - As especificações do objeto, com detalhamento de quantidades e serviços a serem prestados encontram-se relacionadas no Anexo 1 deste edital (Projeto Básico) e integram o Contrato de Credenciamento para todos os fins.

9. DA ASSINATURA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

9.1 – Depois de homologado o resultado deste Credenciamento a CREDENCIADA será convocada para assinar o Contrato de Credenciamento com o SENADO para prestação dos serviços objeto deste edital, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da convocação, sob pena de configuração de desistência do credenciamento.

9.2 – Após a assinatura do Contrato de Credenciamento, as empresas credenciadas terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis para habilitação das linhas e ativação dos serviços solicitados, contados do registro da solicitação pelos gestores do ajuste.

10. DA ESTIMATIVA DE CUSTO

10.1 – A estimativa de custo global para as contratações que se originarem deste Credenciamento é de R\$ 378.428,40 (trezentos e setenta e oito mil, quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos), para um período de 12 (doze) meses, conforme detalhado nas tabelas a seguir:

Assinaturas e serviços de valor adicionado

ASSINATURAS E SERVIÇOS DE VALOR ADICIONADO	Valor unitário (R\$)
Assinatura mensal – serviço voz – categoria 1	9,90
Assinatura mensal – serviço voz – intragrupo local	0,00
Assinatura mensal – serviço voz – intragrupo DDD	0,00
Assinatura mensal – serviço dados (acesso à internet Móvel de Banda Larga com direito de uso ilimitado -1Mbps) – categoria 1	29,90
Assinatura mensal - serviço dados (tablet/modem com direito de uso ilimitado 1Mbps) – categoria 2	20,97
SMS dentro da mesma Operadora (por unidade)	0,10
SMS para outras Operadoras (por unidade)	0,10



SENADO FEDERAL

ASSINATURAS E SERVIÇOS DE VALOR ADICIONADO	Valor unitário (R\$)
MMS (por unidade)	0,49
Fornecimento de Sim Card e Mini Sim Card (por unidade)	0,00

Chamadas do SMP e STFC LD Originadas, Recebidas e a Cobrar

Chamadas do SMP e STFC LD Originadas, Recebidas e a Cobrar		Valor unitário (R\$)
VC 1	Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos)	0,08
	Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos)	0,15
	Móvel para Fixo (minutos)	0,08
	Móvel em <i>Roaming</i> /Móvel da Mesma Operadora (minutos)	0,08
	Móvel em <i>Roaming</i> / Móvel das Demais operadoras (minutos)	0,15
	Móvel em <i>Roaming</i> para Fixo (minutos)	0,08
AD	Valor fixo cobrado por chamada recebida ou originada, quando o usuário estiver localizado fora de sua Área de Mobilidade (por chamada)	0,00
VC2	Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos) – chamadas originadas em qualquer área de tarifação e chamadas recebidas em <i>roaming</i> nacional dentro da área de tarifação primária	0,10
	Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos) – chamadas originadas em qualquer área	0,50
	Móvel para Fixo (minutos)	0,10
VC3	Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos) – chamadas originadas em qualquer área de tarifação e chamadas recebidas em <i>roaming</i> nacional fora da área de tarifação primária	0,15
	Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos)	0,50
	Móvel para Fixo (minutos)	0,20
LIGAÇÕES A COBRAR	Fixo-Móvel e Móvel- Móvel (minutos)	0,50



SENADO FEDERAL

Chamadas do SMP e STFC LD Originadas, Recebidas e a Cobrar		Valor unitário (R\$)
CAIXA POSTAL	Caixa postal (por acesso)	0,08

Ligações SMP e STFC Internacional Originadas e Recebidas, SMS Internacional e MMS Internacional

Ligações SMP e STFC Internacional Originadas e Recebidas, SMS Internacional		Valor unitário (R\$)
MERCOSUL (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai).	Originadas no Brasil para o exterior	2,34
Estados Unidos da América (inclusive Havaí)	Originadas no Brasil para o exterior	1,37
Canadá e demais países das Américas e Antilhas	Originadas no Brasil para o exterior	3,18
Portugal, Açores e Ilha da Madeira	Originadas no Brasil para o exterior	2,34
Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.	Originadas no Brasil para o exterior	2,50
Demais países da Europa e Oriente Médio	Originadas no Brasil para o exterior	2,50
Austrália e Japão	Originadas no Brasil para o exterior	2,50
Demais países da Ásia, Oceania e Ilhas do Pacífico (exclusive Havaí)	Originadas no Brasil para o exterior	4,79
África	Originadas no Brasil para o exterior	4,79
SMS Internacional	Recebidas e Originadas em <i>Roaming</i> Internacional	0,10



SENADO FEDERAL

Ligações SMP e STFC Internacional Originadas e Recebidas, SMS Internacional		Valor unitário (R\$)
MMS Internacional	Recebidas e Originadas em <i>Roaming</i> Internacional	0,49

Consolidação de Custos Estimados

Descrição	Valor
Assinatura: ligações intra-grupo local e DDD, dados e mensagens	R\$ 12.110,00
VC1, VC2 e VC3: ligações móvel/móvel e móvel/fixo locais e DDD	R\$ 19.192,21
DDI: ligações internacionais	R\$ 233,49
Total mensal	R\$ 31.535,70
Total anual	R\$ 378.428,40

11. DAS CONDIÇÕES DO AJUSTE

11.1 – O Contrato de Credenciamento a ser firmado regulamentará as condições de sua execução, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos deste edital e seus anexos.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS ETC.

12.1 – Correrão por conta exclusiva da Credenciada todos os tributos e taxas devidos sobre as obrigações decorrentes do objeto deste edital e do Contrato de Credenciamento, bem como as contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – O encaminhamento da documentação para fins de habilitação, por parte do interessado, implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Credenciamento.

13.2 – Qualquer documento ou declaração apresentada de forma incompleta, rasurada ou em desacordo com o estabelecido neste edital e em seus anexos será considerado inepto, podendo o interessado apresentar documento livre das causas que ensejaram sua inépcia, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do recebimento da notificação da inconsistência pelo Senado.

13.3 - Integram este edital os seguintes anexos:



SENADO FEDERAL

- a) Anexo 1 – Projeto Básico;
- b) Anexo 2 – Termo de Homologação do Credenciamento
- c) Anexo 3 – Minuta do Contrato de Credenciamento;
- d) Anexo 4 – Termo de Confidencialidade e Sigilo;
- e) Anexo 5 – Modelo de apresentação de informações para assinatura do Contrato de Credenciamento
- f) Anexo 6 – Modelo de Solicitação de Credenciamento
- g) Anexo 7 - Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF (empregado menor);
- h) Anexo 8 - Declaração de que a empresa não se encontra em qualquer situação prevista no item 2.2 deste edital
- i) Anexo 9 - Declaração de Inexistência de fatos supervenientes

13.4 - É facultado à SSCDIR, em qualquer fase do Credenciamento, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo deste credenciamento, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pela SSCDIR.

13.5 – Na fase de habilitação, a SSCDIR poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

13.6 – As decisões da SSCDIR ou durante os procedimentos do Credenciamento serão fundamentadas e registradas em ata.

13.7 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do Credenciamento serão resolvidos pela SSCDIR.

14. DO FORO

14.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Credenciamento que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília-DF, 17 de maio de 2013.

TADEU MIGUEL OSMALA
Diretor da SSCDIR



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSCDIR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

(Processo nº 000.945/13-7)

ANEXO 1

PROJETO BÁSICO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

OBJETIVO GERAL

Credenciamento de empresas para prestação conjunta do Serviço Móvel Pessoal – SMP e Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC na modalidade Longa Distância – LD para serviços de telefonia e comunicação de dados a partir de acessos móveis, nas condições estabelecidas no Contrato de Credenciamento.

OBJETO

Este projeto básico prevê o credenciamento de empresas para prestação conjunta do Serviço Móvel Pessoal – SMP e Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC na modalidade Longa Distância – LD para serviços de telefonia e comunicação de dados a partir de acessos móveis, nas condições estabelecidas no Contrato de Credenciamento, sem a disponibilização de aparelhos por parte da Credenciada.

A Credenciada deverá atender, no mínimo, às especificações a seguir:

- Prestação de serviços de comunicação de voz e dados, com características de serviço pós-pago e tecnologia digital (GSM, HSPA, WCDMA, ou outras tecnologias que venham a ser implementadas durante a vigência do credenciamento);
- Prestação de "Roaming" de voz e dados em qualquer parte do território nacional com cobertura celular;
- Prestação de "Roaming" de voz em âmbito internacional, conforme tabela de acordos internacionais da Credenciada;
- Prestação de serviços de valor adicionado, conforme este Projeto Básico.

CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA (MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO)

A necessidade de conexão on-line para execução das tarefas diárias é uma realidade que não mais está limitada ao ambiente da mesa de trabalho do usuário,



SENADO FEDERAL

notadamente o Parlamentar, ante a dinâmica de sua atuação política. Em diversas ocasiões, acessar e-mails, páginas da internet, enviar mensagens, consultar documentos e informações com agilidade e mobilidade se torna cada vez mais uma imposição. A atividade parlamentar é exercida não apenas na sede do Parlamento, em Brasília, mas também nos Estados em que cada Senador representa e têm suas bases políticas, onde ficam seus escritórios de representação. Assim, é necessária a adequada prestação dos serviços **em ambas as situações**.

Atualmente, o serviço de telefonia e comunicação de dados a partir de terminais móveis do Senado Federal é prestado por meio do Contrato nº 0133/2012. No entanto, a contratação de uma única empresa, mesmo com cobertura nacional, não tem se mostrado viável para atender de forma satisfatória a todas as diversas e específicas situações enfrentadas pelos Senadores, especialmente no tocante à cobertura dos serviços. Diversas reclamações de Senadores quanto a este aspecto da prestação do serviço sustentam este argumento.

Adicionalmente, a homologação de cobertura nacional por parte da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, conforme regulamentação da própria agência, não garante a prestação do serviço em qualquer parte do território brasileiro. A tabela 1 apresenta os principais dados de cobertura no país, da qual se verifica que mesmo a maior empresa em operação atende a menos de 70% dos municípios brasileiros. Além disso, mesmo nos municípios considerados atendidos, a cobertura não é integral, uma vez que os Termos de Autorização para prestação do SMP, firmados entre ANATEL e empresas, estabelecem que “um município será considerado atendido quando a área de cobertura contiver, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da área urbana do Distrito Sede do município atendido pelo Serviço Móvel Pessoal”. Ademais, são públicas e notórias as deficiências na prestação do SMP de forma geral, tendo sido amplamente noticiadas as sanções aplicadas pela agência reguladora contra as prestadoras do serviço, inclusive com a suspensão de vendas de novas linhas em diversos Estados do país. Não somente isso, mas também o TCU vem reiterando desde 2006 determinações e recomendações à ANATEL sobre a má qualidade na prestação dos serviços de telefonia, conforme se verifica pela leitura do acórdão do Plenário nº 1.864/2012, de 18 de julho de 2012.

Tabela 1 – Percentual de municípios brasileiros atendidos por cobertura celular (por prestadora)

Operadoras	2008	2009	2010	2011	nov/12
VIVO	55,1%	63,2%	65,5%	66,5%	67,1%
CLARO	58,8%	64,3%	62,5%	64,1%	65,2%
TIM	50,2%	53,4%	57,6%	57,7%	60,2%
OI	42,7%	50,7%	52,3%	59,6%	59,6%
CTBC	1,6%	1,6%	1,6%	1,8%	1,8%
AEIOU	0,2%	0,4%	0,1%	0,1%	0,1%
SERCOMTEL	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: ANATEL (dez/2012). Consultado em www.teleco.com.br.



SENADO FEDERAL

Assim, não pode o exercício da atividade parlamentar ficar prejudicado, em face das deficiências verificadas na prestação dos serviços de telefonia móvel. Ademais, a própria Administração do SENADO reconhece a existência dos vários problemas na prestação do SMP, tendo em vista a criação de comissão para analisar a viabilidade da adoção do credenciamento, como forma de minimizar as falhas de cobertura advindas da contratação de uma única prestadora. Desta forma, o presente projeto básico tem o propósito de oferecer soluções técnicas que garantam o mais alto grau de confiabilidade na prestação destes serviços aos Parlamentares desta Casa Legislativa.

Tais problemas têm atingido indistintamente os diversos órgãos da Administração Pública e diversas soluções têm sido adotadas para buscar a resolução destas questões. Entre elas, a Presidência da República (contrato nº 53/2010) e o Superior Tribunal de Justiça (contrato nº 76/2010) utilizam a contratação de uma empresa em regime de prestação normal e outra em regime de contingência/redundância, de forma a elevar o grau de confiabilidade dos sistemas de comunicação. Não obstante seus benefícios, esta solução não se mostra suficiente ao presente caso, pois enquanto aqueles órgãos funcionam essencialmente em Brasília, o Senado Federal tem Parlamentares desempenhando suas atividades em todos os Estados da Federação. Conforme se observa na tabela 2, pouco mais de 40% dos municípios brasileiros são atendidos por 4 ou mais operadoras, ou seja, com possibilidade de competição. Por outro lado, de acordo com a mesma fonte, há apenas uma prestadora em operação em 37% dos municípios do país. Assim, para alcançar a cobertura em todos os municípios brasileiros, seria necessária a contratação de todas as prestadoras do SMP.

Tabela 2 – Percentual de municípios brasileiros atendidos por cobertura celular (por quantidade de prestadoras)

Municípios	2008	2009	2010	2011	nov/12
Atendido	75,49%	88,86%	97,18%	99,98%	100,00%
por 1 prestadora	19,54%	29,65%	38,26%	39,71%	37,34%
por 2 prestadoras	10,24%	11,92%	11,93%	12,62%	13,91%
por 3 prestadoras	15,17%	10,50%	11,59%	7,22%	8,05%
por 4 prestadoras	29,67%	35,37%	34,25%	38,94%	39,16%
por 5 prestadoras	0,86%	1,42%	1,15%	1,49%	1,55%
não atendido	24,51%	11,14%	2,82%	0,02%	0,00%

Fonte: ANATEL (dez/2012). Consultado em www.teleco.com.br.

Portanto, entende-se que, para prestar o serviço de forma mais adequada à diversidade de locais de atuação dos Parlamentares, faz-se necessária a prestação por meio do Contrato de Credenciamento, que possibilita a adesão de todas as empresas autorizadas a prestar o SMP, ficando a cargo de cada Senador a escolha da empresa que melhor lhe atenda em relação às suas necessidades peculiares de qualidade e cobertura.

A opção pelo credenciamento, no presente caso, é justificada pelo interesse público de obter o maior número possível de empresas realizando a prestação dos serviços de telefonia móvel, tendo em vista que a necessidade do Senado Federal não tem sido



SENADO FEDERAL

atendida de forma satisfatória com a contratação de apenas uma empresa ou de um número limitado destas.

O credenciamento proposto visa a reduzir a solução de continuidade de serviço enfrentada pelos Senadores, servindo em situações de excepcionalidade, nas quais não haja outra forma de suprir a necessidade do Senador em relação à cobertura e/ou qualidade dos serviços da empresa contratada por meio de licitação. Desta forma, a opção pela utilização do credenciamento será excludente em relação ao uso do serviço prestado por meio do Contrato nº 0133/2012.

Para o presente caso, utilizaram-se como referência para os preços do Contrato de Credenciamento e para a estimativa de custo global os valores constantes no Contrato nº 0133/2012, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0105/2012, de forma a se manter os custos para o Senado Federal na prestação dos serviços de telefonia móvel. Informa-se ainda que foram retirados das planilhas de custo os serviços que não fazem parte do objeto deste Projeto Básico, em virtude de alterações nos requisitos técnicos e escopo do objeto do credenciamento. Esta Comissão entende que qualquer reajuste nos valores estimados para a tabela de preços do credenciamento deve ser realizado com base em pesquisa de preços efetuada pelo órgão competente desta Casa.

O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP

O SMP para telefonia e comunicação de dados destina-se ao atendimento das necessidades de tráfego de voz (originado e a cobrar), mensagem de texto e dados, em tecnologia de transmissão digital (GSM, HSPA, WCDMA ou outras tecnologias que venham a ser implementadas durante a vigência do Credenciamento).

O SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC

Destina-se a atender às ligações exclusivamente originadas e recebidas dos acessos móveis do serviço prestado por meio do Contrato de Credenciamento nas modalidades de Longa Distância Nacional e Internacional.

A prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutado (STFC) compreende:

- Prestação de serviço de Longa Distância Nacional – LDN: VC2 e VC3 – Ligações originadas e recebidas a cobrar pelo SMP, tanto com origem na área de registro, quanto em *roaming* nacional.
- Prestação de serviço de Longa Distância Internacional – LDI: ligações originadas pelo SMP, tanto com origem na área de registro, quanto em *roaming* internacional.

QUANTIDADE

O Credenciamento de serviços de telefonia a partir de acessos móveis, nas modalidades SMP e STFC, definido no objeto do Projeto Básico, requer o fornecimento de acessos móveis celulares de voz e dados a serem habilitados, sob demanda do Senado Federal, em terminais disponibilizados pelo usuário, para comunicação de voz e dados, com



SENADO FEDERAL

características de serviço pós-pago e tecnologia digital (GSM, HSPA, WCDMA, ou outras tecnologias que venham a ser implementadas durante a vigência do Credenciamento).

De acordo com os dados da tabela 1, o percentual de municípios não cobertos pela Contratada é de 40,4%. Considerando a natureza de excepcionalidade do Contrato de Credenciamento, utilizou-se aquele valor como referência para estimar o número de Senadores que não estão sendo devidamente atendidos pelo contrato vigente, chegando ao total de 33 Senadores que poderão optar por algumas das empresas credenciadas. Portanto, a estimativa de acessos a serem habilitados é de 33 linhas para comunicação de voz/dados e 33 linhas para comunicação de dados, dentro do universo dos 81 (oitenta e um) Senadores desta Casa.

Tabela 3 – Previsão de Atendimento

Item	Usuário	Quantidade
Linha de voz/dados	Senador	33

Item	Usuário	Quantidade
Linha de dados	Senador	33

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL E PREVISÃO DA SITUAÇÃO FUTURA

Na situação atual, o serviço de telefonia e comunicação de dados, a partir de acessos móveis, é prestado por meio do Contrato nº 0133/2012. No entanto, a contratação de uma única empresa, mesmo com cobertura nacional, não tem se mostrado viável para atender de forma satisfatória a todas as diversas e específicas situações enfrentadas pelos Senadores, especialmente no tocante à cobertura dos serviços, conforme já tratado no item “Contextualização e Justificativa”. A elaboração deste Projeto Básico, para contratação do SMP e STFC LD via credenciamento, objetiva oferecer uma alternativa de excepcionalidade para os Senadores, que, devido à especificidade da dupla localização das atividades parlamentares, estejam com cobertura insatisfatória, mesmo que a Contratada atual esteja em conformidade com as cláusulas contratuais e normas do setor. O Parlamentar terá a oportunidade de substituir o serviço contratado por meio de licitação pelo serviço pactuado por meio de credenciamento, mediante formalização à Secretaria de Telecomunicações – STELE efetivada em processo próprio, por meio do qual o Parlamentar renuncia aos serviços prestados com base no Contrato nº 0133/2012.

Na situação futura, não haverá aumento de custos para o Senado Federal, uma vez que os preços dos serviços a serem contratados via credenciamento serão os mesmos praticados no contrato vigente e só serão executados em substituição ao licitado, evitando a solução de continuidade (interrupção do serviço).



SENADO FEDERAL

NATUREZA DO SERVIÇO

Os serviços executados por essa contratação são de natureza continuada.

VIGÊNCIA

Os Contratos de Credenciamento resultantes da convocação das credenciadas, nos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2013 terão vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, sem possibilidade de prorrogação.

Não obstante que o(s) credenciamento(s) tenha(m) vigência determinada, o usuário não terá qualquer obrigação de fidelização na prestação do serviço, podendo efetuar portabilidade, transferência de titularidade ou cancelamento da linha a qualquer momento. O credenciamento será mantido em vigor mesmo que não haja linhas ativadas, de forma a possibilitar futuras habilitações de serviço(s) nos prazos indicados neste Projeto Básico.

CAPACIDADE TÉCNICA

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento, mediante cópia(s) do(s) contrato(s) de concessão e/ou do(s) termo(s) de autorização para a prestação de SMP e STFC LD, outorgada pelo poder concedente nos termos da legislação em vigor.

ÁREA DE COBERTURA

As empresas credenciadas não precisam dispor de cobertura nacional, mas deverão prover *roaming* de voz e dados em qualquer parte do território nacional com cobertura celular, por meio de rede própria ou acordo com demais prestadoras.

As empresas credenciadas deverão prover *roaming* de voz em âmbito internacional, conforme tabela de acordos internacionais da Credenciada.

PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Após a assinatura do Contrato de Credenciamento, as empresas contratadas terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis para habilitação de linha, contado do registro da solicitação pelos gestores.

SERVIÇOS A SEREM CREDENCIADOS

- a) Assinatura de serviço de voz (mensal) – categoria 1: valor fixo mensal para remunerar linha de voz, incluindo o serviço de identificação de chamadas;



SENADO FEDERAL

- b)** Assinatura de serviço de voz (mensal) – intragrupo local: valor fixo mensal para oferecer chamadas gratuitas entre linhas credenciadas da prestadora de serviço registradas numa mesma área de tarifação;
- c)** Assinatura de serviço de voz (mensal) – intragrupo DDD: valor fixo mensal para oferecer chamadas gratuitas entre linhas credenciadas da prestadora de serviço registradas em áreas de tarifação diferentes;
- d)** Assinatura de serviço de dados (mensal) – categoria 1: valor fixo mensal para o serviço de conexão à Internet via aparelho celular;
- e)** Assinatura de serviço de dados (mensal) – categoria 2: valor fixo mensal para o serviço de conexão à Internet via tablet ou modem, devendo estar bloqueado o serviço de voz nestes acessos;
- f)** Caixa Postal (acessos): serviço que grava e armazena mensagens de voz oriundas de ligações não atendidas, sendo acessada via celular a partir de qualquer localidade onde a operadora possua cobertura ou serviço de roaming nacional, sendo este serviço remunerado por acesso;
- g)** Chamadas para VC1 Móvel/Fixo (minutos): é o valor pago, por minuto, das ligações feitas para acessos fixos da mesma cidade ou para cidades do mesmo DDD;
- h)** Chamadas para VC1 Móvel/Móvel – mesma operadora (minutos): é o valor pago, por minuto, das ligações feitas para acessos móveis da mesma operadora, de mesmo DDD;
- i)** Chamadas para VC1 Móvel/Móvel – Demais operadoras (minutos): é o valor pago, por minuto, das ligações feitas para acessos móveis de outra operadora, de mesmo DDD;
- j)** Chamadas para VC1 Móvel em Roaming/Móvel da Mesma Operadora (minutos): é o valor pago, por minuto, das ligações feitas em Roaming para acessos móveis da mesma operadora, de mesmo DDD;
- k)** Chamadas para VC1 Móvel em Roaming/Móvel das Demais operadoras (minutos): é o valor pago, por minuto, das ligações feitas em Roaming para acessos móveis de outra operadora, de mesmo DDD;
- l)** Chamadas para VC1 Móvel em Roaming para Fixo (minutos): é o valor pago, por minuto, das ligações feitas em Roaming para acessos fixos, de mesmo DDD;
- m)** Chamadas para VC2 Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos): é o valor pago, por minuto, quando origina ligação de móvel para móvel da mesma prestadora dentro de sua área de numeração primária ou quando recebe ligação em roaming nacional dentro de sua área de numeração primária;
- n)** Chamadas para VC2 Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos): é o valor pago, por minuto, quando origina ligação de móvel para móvel de outra prestadora dentro de sua área de numeração primária;
- o)** Chamadas para VC2 Móvel / Fixo (minutos): é o valor pago, por minuto, quando origina ligação de móvel para fixo dentro de sua área de numeração primária;
- p)** Chamadas para VC3 Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos): é o valor pago, por minuto, quando origina ligação de móvel para móvel da mesma prestadora fora de sua área de numeração primária ou quando recebe ligação em roaming nacional fora de sua área de numeração primária;



SENADO FEDERAL

- q) Chamadas para VC3 Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos): é o valor pago, por minuto, quando origina ligação de móvel para móvel de outra prestadora fora de sua área de numeração primária;
- r) Chamadas para VC3 Móvel / Fixo (minutos): é o valor pago, por minuto, quando origina ligação de móvel para fixo fora de sua área de numeração primária;
- s) Adicional por Chamada – AD (por chamada): um valor fixo aplicado a cada ligação recebida pelo Assinante ou por ele originada, quando localizado fora de sua Área de Mobilidade;
- t) SMS (por unidade): “Short Message Service. Mensagens P2P (person to person)” enviadas via celular (aparelho do SMP);
- u) MMS (por unidade): “Multimedia Messaging Service” – serviço de envio de mensagens multimídia.

DA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se ao credenciamento, a empresa deverá apresentar Solicitação de Credenciamento, conforme modelo constante no Anexo 6 do Edital de Credenciamento, a qual implica a aceitação plena e total das condições estabelecidas naquele documento e seus anexos.

A solicitação deverá ser acompanhada dos documentos que comprovem a qualificação técnica da empresa, por meio da apresentação de cópia(s) do(s) Contrato(s) de Concessão e/ou do(s) Termo(s) de Autorização para a prestação de SMP e STFC LD, outorgado(s) pela ANATEL, dentre outros.

MODALIDADE DA LICITAÇÃO

O credenciamento dos serviços implica a inexigibilidade de licitação.

ESTIMATIVA DE CUSTO GLOBAL

De acordo com os dados da tabela 1, o percentual de municípios não cobertos pela Contratada é de 40,4%. Utilizando-se este valor como referência para estimar o número de Senadores que não estão sendo devidamente atendidos pelo contrato vigente, calcula-se que 33 Senadores poderão optar por algumas das empresas que venham a se credenciar. O presente Projeto Básico também utiliza para cálculo os preços unitários estabelecidos de acordo o Contrato nº 0133/2012, excluindo-se os itens que não fazem parte do objeto deste Projeto Básico (ressarcimento de aparelhos/modems, *on-site support*, assinatura de gestão *on-line*). Neste contexto, a estimativa de custo global para este Projeto Básico no período de 12 (doze) meses é R\$ 378.428,40, estando detalhado nas tabelas a seguir:



SENADO FEDERAL

Tabela 4 – Assinaturas e serviços de valor adicionado

ASSINATURAS E SERVIÇOS DE VALOR ADICIONADO	Valor unitário (R\$)
Assinatura mensal – serviço voz – categoria 1	9,90
Assinatura mensal – serviço voz – intragrupo local	0,00
Assinatura mensal – serviço voz – intragrupo DDD	0,00
Assinatura mensal – serviço dados (acesso à internet Móvel de Banda Larga com direito de uso ilimitado -1Mbps) – categoria 1	29,90
Assinatura mensal - serviço dados (tablet/modem com direito de uso ilimitado 1Mbps) – categoria 2	20,97
SMS dentro da mesma Operadora (por unidade)	0,10
SMS para outras Operadoras (por unidade)	0,10
MMS (por unidade)	0,49
Fornecimento de Sim Card e Mini Sim Card (por unidade)	0,00

Tabela 5 – Chamadas do SMP e STFC LD Originadas, Recebidas e a Cobrar

Chamadas do SMP e STFC LD Originadas, Recebidas e a Cobrar		Valor unitário (R\$)
VC 1	Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos)	0,08
	Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos)	0,15
	Móvel para Fixo (minutos)	0,08
	Móvel em <i>Roaming</i> /Móvel da Mesma Operadora (minutos)	0,08
	Móvel em <i>Roaming</i> / Móvel das Demais operadoras (minutos)	0,15
	Móvel em <i>Roaming</i> para Fixo (minutos)	0,08
AD	Valor fixo cobrado por chamada recebida ou originada, quando o usuário estiver localizado fora de sua Área de Mobilidade (por chamada)	0,00
VC2	Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos) – chamadas originadas em qualquer área de tarifação e chamadas recebidas em <i>roaming</i> nacional dentro da área de tarifação primária	0,10
	Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos) – chamadas originadas em qualquer área	0,50
	Móvel para Fixo (minutos)	0,10



SENADO FEDERAL

Chamadas do SMP e STFC LD Originadas, Recebidas e a Cobrar		Valor unitário (R\$)
VC3	Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos) – chamadas originadas em qualquer área de tarifação e chamadas recebidas em <i>roaming</i> nacional fora da área de tarifação primária	0,15
	Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos)	0,50
	Móvel para Fixo (minutos)	0,20
LIGAÇÕES A COBRAR	Fixo-Móvel e Móvel- Móvel (minutos)	0,50
CAIXA POSTAL	Caixa postal (por acesso)	0,08

Tabela 6 – Ligações SMP e STFC Internacional Originadas e Recebidas, SMS Internacional e MMS Internacional

Ligações SMP e STFC Internacional Originadas e Recebidas, SMS Internacional		Valor unitário (R\$)
MERCOSUL (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.	Originadas no Brasil para o exterior	2,34
Estados Unidos da América (inclusive Havaí)	Originadas no Brasil para o exterior	1,37
Canadá e demais países das Américas e Antilhas	Originadas no Brasil para o exterior	3,18
Portugal, Açores e Ilha da Madeira	Originadas no Brasil para o exterior	2,34



SENADO FEDERAL

Ligações SMP e STFC Internacional Originadas e Recebidas, SMS Internacional		Valor unitário (R\$)
Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.	Originadas no Brasil para o exterior	2,50
Demais países da Europa e Oriente Médio	Originadas no Brasil para o exterior	2,50
Austrália e Japão	Originadas no Brasil para o exterior	2,50
Demais países da Ásia, Oceania e Ilhas do Pacífico (exclusive Havaí)	Originadas no Brasil para o exterior	4,79
África	Originadas no Brasil para o exterior	4,79
SMS Internacional	Recebidas e Originadas em <i>Roaming</i> Internacional	0,10
MMS Internacional	Recebidas e Originadas em <i>Roaming</i> Internacional	0,49

Tabela 7– Consolidação de Custos

Descrição	Valor
Assinatura: ligações intra-grupo local e DDD, dados e mensagens	R\$ 12.110,00
VC1, VC2 e VC3: ligações móvel/móvel e móvel/fixo locais e DDD	R\$ 19.192,21
DDI: ligações internacionais	R\$ 233,49
Total mensal	R\$ 31.535,70
Total anual	R\$ 378.428,40

Esta estimativa foi apresentada pela Comissão que elaborou este Projeto Básico, baseada nos valores do Contrato nº 0133/2012.



SENADO FEDERAL

DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E METODOLOGIA DE TRABALHO

OBRIGAÇÕES DO SENADO FEDERAL

São obrigações do Senado Federal, além de outras previstas em contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I -** Proporcionar, no que lhe couber, as facilidades necessárias para que a Contratada possa cumprir as condições estabelecidas neste Contrato;
- II -** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, atinentes ao objeto contratual;
- III -** Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no Contrato de Credenciamento;
- IV -** Responder pelos débitos gerados pela utilização dos serviços, durante o prazo de vigência contratual, nos termos da legislação aplicável;
- V -** Assegurar aos técnicos da Contratada, sempre que necessário, o acesso às dependências do Senado Federal para a prestação dos serviços relacionados com o objeto da contratação, respeitadas as normas de segurança interna do Senado Federal;
- VI -** Comunicar à Contratada qualquer irregularidade verificada nos serviços prestados;
- VII -** Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho e qualidade;
- VIII -** Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços;
- IX -** Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas;
- X -** Tornar disponível, quando for o caso, as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços;
- XI -** Nomear os gestores Titular e Substituto;
- XII -** Promover, por meio dos gestores Titular e Substituto, todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, inclusive:
 - a.** Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
 - b.** Exigir a substituição do preposto da Contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
 - c.** Exigir e conferir todos os documentos previstos no Projeto Básico de credenciamento da Contratada, como condição para a prorrogação do contrato;
 - d.** Propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;
 - e.** Encaminhar os fatos à deliberação superior, com vistas a oficializar os órgãos públicos competentes para a adoção das medidas corretivas e punitivas



SENADO FEDERAL

- aplicáveis, no caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao Erário;
- f. Efetuar o pagamento por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, através do código de barras contido na fatura ou através da modalidade de pagamento de Ordem Bancária de Fatura, via sistemas SIAFI ou SIAFEM, no prazo de 09 (nove) dias úteis, contado do recebimento da nota fiscal, com a discriminação dos serviços, ficando condicionado à prévia atestação do gestor;
 - g. Suspender o pagamento das faturas, em caso de vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela Contratada de obrigação contratual, até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS CREDENCIADAS

São obrigações das empresas contratadas, além de outras previstas em contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I - Fornecer uma quantidade estimada de 33 (trinta e três) acessos móveis celulares de voz/dados e 33 (trinta e três) acessos móveis de comunicação de dados, a serem habilitados sob demanda do Senado Federal, em terminais disponibilizados pelos usuários;
- II - Habilitar os acessos conforme a necessidade do Senado Federal, a pedido do gestor, observando-se que não será objeto de pagamento, a título de habilitação, qualquer taxa de serviço para ativação das linhas, em qualquer momento ou situação.
- III - Executar as solicitações de serviços de ativação e/ou bloqueio do pacote de dados ou de voz e assinaturas separadamente, no prazo estabelecido na Tabela 8 deste Projeto Básico.
- IV - Não cobrar por serviços não especificados nas Tabelas 4, 5 e 6 deste Projeto Básico, tais como: identificação de chamadas, troca de número, emissão de 2ª via de conta (em meio impresso ou digital), emissão de conta detalhada (em meio impresso ou magnético), habilitação de linha, ativação/desativação de caixa postal, alteração de dados cadastrais, chamada em espera, bloqueio ou desbloqueio de linha de voz e/ou dados;
- V - Bloquear, a pedido do gestor, sem ônus para o Senado Federal, ligações destinadas aos serviços 0300, 0500, 0900 e similares, bem como bloquear o recebimento de ligações a cobrar;
- VI - Disponibilizar mecanismo de programação do Código de Seleção da Prestadora (CSP);
- VII - Habilitar as linhas utilizando a portabilidade numérica, em manifestação por ocasião do momento da solicitação da linha, sem custo por esse serviço, mantendo os números dos telefones designados mediante contrato preexistente, independentemente da operadora do serviço a que estejam contratualmente vinculados;



SENADO FEDERAL

- VIII -** Transferir a titularidade sem ônus para o Senado Federal, a pedido do gestor;
- IX -** Utilizar tecnologia digital (GSM, HSPA, WCDMA, ou outras tecnologias que venham a ser implementadas durante a vigência do contrato) para prestação dos serviços;
- X -** Oferecer ao Senado Federal a migração, sem ônus, para novas tecnologias de funcionamento que venham a ser disponibilizadas pela credenciada;
- XI -** Garantir a qualidade do sinal para perfeita conversação nas dependências do Senado Federal, residências oficiais e bases políticas dos Senadores;
- XII -** Não cobrar do Senado Federal qualquer custo de sindicância e ligações provenientes de clonagem de linha celular;
- XIII -** Fornecer *Sim Cards*, *Mini Sim Cards* e *Nano Sim Cards* virgens em quantidade suficiente para a habilitação e/ou a substituição no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do registro da solicitação pelos gestores;
- XIV -** Bloquear as linhas para *Roaming* internacional de dados, uma vez que o serviço não está contemplado no escopo do credenciamento;
- XV -** Bloquear todas as linhas para *Roaming* internacional de voz, realizando exclusivamente o desbloqueio do *Roaming* de voz mediante pedido do gestor;
- XVI -** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, que, a critério do Senado Federal, se façam necessários, ou a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes, conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei 8.666/93;
- XVII -** Possuir contrato(s) de concessão ou termo(s) de autorização firmado(s) com a ANATEL e atender às demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados;
- XVIII -** Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual, distrital e municipal, como também assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços oferecidos na proposta;
- XIX -** Prestar os serviços contratados com padrão de qualidade, regularidade, segurança, atualidade, eficiência e modicidade de tarifas, sempre de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Concedente, evitando a interrupção do serviço;
- XX -** Zelar sempre pela igualdade de tratamento entre os diversos usuários no acesso aos serviços;
- XXI -** Fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços;
- XXII -** Não cobrar por serviços não prestados;
- XXIII -** Enviar corretamente e tempestivamente as contas e/ou faturas telefônicas ao Senado Federal;
- XXIV -** Fornecer, juntamente com as faturas, todas as contas telefônicas em meio digital, com *layout* fixo, devendo a Nota Fiscal, bem como seu detalhamento, se referir aos



SENADO FEDERAL

serviços prestados no mês anterior, tendo como término do ciclo de tarifação até o quinto dia do mês subsequente à prestação dos serviços;

- XXV -** Apresentar *layout* citado no item anterior à Secretaria de Telecomunicações – STELE para prévio “ACEITE”, o qual fará parte integrante do contrato, devendo conter no mínimo as seguintes informações em campos separados:

Mês de referência: *DATA*
Número tarifado (com DDD): *TEXTO*
Código da área de tarifação (DDD) do número tarifado: *TEXTO*
Tipo de chamada (local, LD ou a cobrar): *TEXTO*
Direção da chamada (originada ou recebida): *TEXTO*
Número discado (com DDD): *TEXTO*
Tipo de tarifação (VC1, VC2, VC3, AD, etc): *TEXTO*
Código da Operadora LD: *TEXTO*
Descrição da Operadora LD: *TEXTO*
Data da Ligação/Hora da Ligação: *DATA*
Duração (MM:SS): *TEXTO*
Descrição do Serviço: *TEXTO*
Valor: *TEXTO*

- XXVI -** Enviar para aprovação do Senado Federal, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos, o novo modelo de *layout*, caso a Contratada demande qualquer alteração no *layout* do arquivo, sendo que, em caso de descumprimento, a Contratada somente receberá o valor das faturas do mês após 20 (vinte) dias do fornecimento do novo *layout* aprovado, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato;
- XXVII -** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Senado Federal ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, procedimentos operacionais, entre outros;
- XXVIII -** Respeitar a privacidade do Senado Federal com relação aos documentos de cobrança;
- XXIX -** Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao Senado Federal ou a terceiros, nas dependências do Senado Federal;
- XXX -** Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que excepcionalmente possam vitimar seus empregados e terceirizados nas dependências do Senado Federal, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto do Contrato, ou em conexão com ele, devendo adotar todas as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;
- XXXI -** Atender de imediato às solicitações do Senado Federal, no caso de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, devendo restabelecê-los no prazo de 08 (oito) horas, a contar da notificação;
- XXXII -** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Senado Federal, obrigando-se a atender as reclamações a respeito da qualidade dos serviços prestados;



SENADO FEDERAL

- XXXIII** - Levar imediatamente ao conhecimento do Senado Federal qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do Contrato, para a adoção das medidas cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários;
- XXXIV** - Comunicar ao gestor, verbal e imediatamente, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e reduzir a termo em 24 (vinte e quatro) horas as comunicações verbais, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias aos esclarecimentos dos fatos;
- XXXV** - Responsabilizar-se por todas as obrigações decorrentes da contratação, inclusive em caso de subcontratação;
- XXXVI** - Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, bem como, quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- XXXVII** - Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança determinadas pelo Senado Federal, instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas dependências internas;
- XXXVIII** - Não veicular, em nenhuma hipótese, publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato;
- XXXIX** - Sujeitar-se às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;
- XL** - Concluir o processo de portabilidade no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da solicitação do gestor;
- XLI** - Concluir o processo de transferência de titularidade dos acessos no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da solicitação do gestor. Esta transferência poderá ser de pessoa física para jurídica, de pessoa jurídica para física, ou ainda, de pessoa jurídica para pessoa jurídica.

SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

- I** - Será permitido o consórcio e a subcontratação parcial entre empresas, nos termos da ANATEL, para atender na integralidade o objeto;
- II** - Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o Senado Federal e a subcontratada, permanecendo a Contratada responsável pelo integral e fiel cumprimento das obrigações legais e contratuais;
- III** - A Contratada se obriga a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Para atender os serviços relativos ao contrato, serão acordados os seguintes tempos de execução:

Tabela 8 – Acordo de Nível de Serviço – Tempo de Execução



SENADO FEDERAL

Atividades Técnicas nas Operadoras	Tempo para Execução
Nova habilitação	48:00 h
Desativação Linha	04:00 h
Ativação de Serviços	04:00 h
Desativação de Serviços	04:00 h
Bloqueio Linha	04:00 h
Desbloqueio Linha	04:00 h
Troca de Número	04:00 h
Roaming Internacional	24:00 h
Portabilidade	Até 20 dias corridos(*)
Transferência de Titularidade	Até 20 dias corridos(*)
Fornecimento de <i>chip-sim card</i>	04:00 h
Troca de <i>chip-sim card</i>	04:00 h

(*) A contar da solicitação do gestor

- a. O índice de Nível de Serviço – I_{NS} será avaliado mensalmente, sendo computado por meio da seguinte fórmula:

$$I_{NS}(\%) = 1 - \frac{\sum Q_{NC}}{\sum Q_T}$$

sendo que:

- Q_{NC} representa a quantidade de atividades realizadas em não-conformidade com os prazos estabelecidos na Tabela 8; e
 - Q_T representa a quantidade total de atividades realizadas no mês.
- b. O I_{NS} mínimo a ser alcançado pela prestadora será de 90% (noventa por cento).
- c. Quando o índice mínimo não for alcançado pela Contratada, será aplicada glosa à fatura do respectivo mês, de acordo com a Tabela 9:

Tabela 9 – Percentuais de glosas a serem aplicadas à fatura do mês

Percentual do I_{NS} no mês	Percentual de glosa
$I_{NS} \geq 90\%$	Sem glosa
$85\% \leq I_{NS} < 90\%$	2,5%
$80\% \leq I_{NS} < 85\%$	5,0%
$75\% \leq I_{NS} < 80\%$	7,5%
$70\% \leq I_{NS} < 75\%$	10,0%
$I_{NS} < 70\%$	10,0% além das penalidades descritas no item a seguir

PENALIDADES

Deverão ser impostas à Credenciada, pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo descumprimento das obrigações ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, as penalidades previstas a seguir:



SENADO FEDERAL

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Senado Federal e seus órgãos supervisionados por prazo de até 02 (dois) anos;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Senado Federal dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

As penalidades serão aplicadas após processo administrativo regular, garantido o direito de ampla defesa.

Não obstante o disposto no item “ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO”, pela inexecução total ou parcial do objeto, será aplicada multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso e/ou por descumprimento das obrigações parciais estabelecidas neste Projeto Básico, até o máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A multa aplicada deverá ser paga no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação oficial, podendo ser descontada das faturas emitidas pela Contratada. O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à Conta Única do Tesouro Nacional ou, em último caso, cobrado judicialmente.

O não cumprimento dos serviços, previstos nesse contrato, implicará sobrestar o pagamento da parcela relativa ao período de apuração, até a sua devida regularização, sem prejuízo das demais penalidades previstas.

ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

O Serviço de Telefonia Móvel - SETM será responsável pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação dos serviços prestados, constantes no objeto deste Projeto Básico.

GESTORES

São indicados para gestores do(s) contrato(s) proveniente(s) deste Projeto Básico:

- a) Eurico Jacy Kopp Auler: matrícula: 3032-9 – gestor titular
- b) Charles Barbosa Oliveira: matrícula: 255443-0 – gestor substituto



SENADO FEDERAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Comissão Temporária criada por meio da Portaria da Diretoria-Geral do Senado Federal nº 105 de 2012, com a designação de novos membros por meio da Portaria da Diretoria-Geral do Senado Federal nº 126 de 2012.



SENADO FEDERAL



SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSCDIR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

(Processo nº 000.945/13-7)

ANEXO 2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Processo nº 000.945/13-7
Credenciamento nº 001/2013

Objeto: Credenciamento de empresas para prestação conjunta do Serviço Móvel Pessoal – SMP e Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC na modalidade Longa Distância – LD para serviços de telefonia e comunicação de dados a partir de acessos móveis.

Credenciada: _____

CNPJ: _____

Aceitabilidade: Tendo em vista o cumprimento das exigências previstas no Edital de Credenciamento nº 001/2013, proponho a homologação deste credenciamento, nos termos do edital em referência e seus anexos.

Brasília, ____ de _____ de 2013.

Diretor da SSCDIR

Homologo o credenciamento, nos termos propostos acima.

Diretor da SADCON



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSCDIR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

(Processo nº 000.945/13-7)

ANEXO 3

MINUTA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, para prestação conjunta do Serviço Móvel Pessoal – SMP e Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC na modalidade Longa Distância – LD para serviços de telefonia e comunicação de dados a partir de acessos móveis, à medida que houver necessidade.

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CREDENCIANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____ / ____-____, doravante denominada CREDENCIADA, neste ato representada pelo Senhor _____, CI. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente Contrato de Credenciamento amparado pelo Edital de Credenciamento nº 001/2013 e nos termos do Contrato de Concessão da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, por inexigibilidade de licitação, com base no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, incorporando o edital e a Solicitação de Credenciamento apresentada pela CREDENCIADA, fls. ____/____ a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação conjunta do Serviço Móvel Pessoal – SMP e Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC na modalidade Longa Distância – LD para serviços de telefonia e comunicação de dados a**



SENADO FEDERAL

partir de acessos móveis, à medida que houver necessidade, de acordo com os termos e especificações constantes deste Contrato, do edital de credenciamento nº 001/2013 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO SENADO

São deveres do CREDENCIANTE, além de outros previstos neste Contrato de Credenciamento ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I - Proporcionar, no que lhe couber, as facilidades necessárias para que a CREDENCIADA possa cumprir as condições estabelecidas neste Contrato;
- II - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA, atinentes ao objeto contratual;
- III - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no Contrato de Credenciamento;
- IV - Responder pelos débitos gerados pela utilização dos serviços, ainda que findo o prazo da contratação, nos termos da legislação aplicável;
- V - Assegurar aos técnicos da CREDENCIADA, sempre que necessário, o acesso às dependências do SENADO para a prestação dos serviços relacionados com o objeto deste Contrato, respeitadas as normas de segurança interna do SENADO;
- VI - Comunicar à CREDENCIADA qualquer irregularidade verificada nos serviços prestados;
- VII - Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho e qualidade;
- VIII - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CREDENCIADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços;
- IX - Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas;
- X - Tornar disponível, quando for o caso, as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços;
- XI - Nomear os gestores titular e substituto;
- XII - Promover, por meio dos gestores titular e substituto, todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste credenciamento, inclusive:
 - a) Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
 - b) Exigir a substituição do preposto da CREDENCIADA que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
 - c) Exigir e conferir todos os documentos previstos no Edital de



SENADO FEDERAL

Credenciamento, como condição para a prorrogação do credenciamento;

- d)** Propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas no credenciamento e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CREDENCIADA;
- e)** Encaminhar os fatos à deliberação superior, com vistas a oficiar os órgãos públicos competentes para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao Erário;
- f)** Efetuar o pagamento por intermédio de depósito em conta bancária da CREDENCIADA, através do código de barras contido na fatura ou através da modalidade de pagamento de Ordem Bancária de Fatura, via sistemas SIAFI ou SIAFEM, no prazo de 09 (nove) dias úteis, contado do recebimento da nota fiscal, com a discriminação dos serviços, ficando condicionado à prévia atestação do gestor;
- g)** Suspender o pagamento das faturas, em caso de vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela CREDENCIADA de obrigação contratual, até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CREDENCIADA

São obrigações da CREDENCIADA, além de outras previstas neste Contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I -** Manter durante a execução deste credenciamento as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram seu credenciamento;
- II -** Possuir contrato de concessão, permissão ou autorização firmado com a ANATEL, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados, para operar em todo o território nacional;
- III -** Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
 - a)** no caso de consórcio, comprovar a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas neste edital e será a representante das consorciadas perante a União.



SENADO FEDERAL

- IV -** Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste credenciamento;
- V -** Manter preposto para este credenciamento que irá representá-la sempre que for necessário;
- VI -** Fornecer uma quantidade de até 33 (trinta e três) acessos móveis celulares de voz/dados e até 33 (trinta e três) acessos móveis de comunicação de dados, a serem habilitados sob demanda do SENADO, em terminais disponibilizados pelos usuários;
- VII -** Habilitar os acessos conforme a necessidade do SENADO, a pedido do gestor, observando-se que não será objeto de pagamento, a título de habilitação, qualquer taxa de serviço para ativação das linhas, em qualquer momento ou situação;
- VIII -** Executar as solicitações de serviços de ativação e/ou bloqueio do pacote de dados ou de voz e assinaturas separadamente, cumprindo os prazos discriminados na Cláusula Sexta;
- IX -** Não cobrar por serviços não especificados nas tabelas 4, 5 e 6 do Anexo 1 do Edital de Credenciamento nº 001/2013, tais como: identificação de chamadas, troca de número, emissão de 2ª via de conta (em meio impresso ou digital), emissão de conta detalhada (em meio impresso ou magnético), habilitação de linha, ativação/desativação de caixa postal, alteração de dados cadastrais, chamada em espera, bloqueio ou desbloqueio de linha de voz e/ou dados;
- X -** Bloquear, a pedido do gestor, sem ônus para o SENADO, ligações destinadas aos serviços 0300, 0500, 0900 e similares, bem como bloquear o recebimento de ligações a cobrar;
- XI -** Disponibilizar mecanismo de programação do Código de Seleção da Prestadora (CSP);
- XII -** Habilitar as linhas utilizando a portabilidade numérica, em manifestação por ocasião do momento da solicitação da linha, sem custo por esse serviço, mantendo os números dos telefones designados mediante contrato preexistente, independentemente da operadora do serviço a que estejam contratualmente vinculados;
- XIII -** Transferir a titularidade sem ônus para o SENADO, a pedido do gestor;
- XIV -** Utilizar tecnologia digital (GSM, HSPA, WCDMA, ou outras tecnologias que venham a ser implementadas durante a vigência deste ajuste) para prestação dos serviços;



SENADO FEDERAL

- XV** - Oferecer ao SENADO a migração, sem ônus, para novas tecnologias de funcionamento que venham a ser disponibilizadas pela credenciada;
- XVI** - Garantir a qualidade do sinal para perfeita conversação nas dependências do SENADO, residências oficiais e bases políticas dos Senadores;
- XVII** - Não cobrar do SENADO qualquer custo de sindicância e ligações provenientes de clonagem de linha celular;
- XVIII** - Fornecer *Sim Cards*, *Mini Sim Cards* e *Nano Sim Cards* virgens em quantidade suficiente para a habilitação e/ou a substituição no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do registro da solicitação pelos gestores;
- XIX** - Bloquear as linhas para *Roaming* internacional de dados, uma vez que o serviço não está contemplado no escopo do credenciamento;
- XX** - Bloquear todas as linhas para *Roaming* internacional de voz, realizando exclusivamente o desbloqueio do *Roaming* de voz mediante pedido do gestor;
- XXI** - Possuir contrato(s) de concessão ou termo(s) de autorização firmado(s) com a ANATEL e atender às demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados;
- XXII** - Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual, distrital e municipal, como também assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços oferecidos na proposta;
- XXIII** - Prestar os serviços contratados com padrão de qualidade, regularidade, segurança, atualidade, eficiência e modicidade de tarifas, sempre de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Concedente, evitando a interrupção do serviço;
- XXIV** - Zelar sempre pela igualdade de tratamento entre os diversos usuários no acesso aos serviços;
- XXV** - Fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços;
- XXVI** - Não cobrar por serviços não prestados;
- XXVII** - Enviar corretamente e tempestivamente as contas e/ou faturas telefônicas ao SENADO;
- XXVIII** - Fornecer, juntamente com as faturas, todas as contas telefônicas em meio digital, com *layout* fixo, devendo a Nota Fiscal, bem como seu detalhamento, se referir aos serviços prestados no mês anterior, tendo como término do ciclo de tarifação até o quinto dia do mês subsequente à prestação dos serviços;
- XXIX** - Apresentar *layout* citado no item anterior à Secretaria de Telecomunicações – STELE para prévio “ACEITE”, o qual fará parte integrante do credenciamento, devendo conter no mínimo as seguintes informações em campos separados:



SENADO FEDERAL

Mês de referência: *DATA*
Número tarifado (com DDD): *TEXTO*
Código da área de tarifação (DDD) do número tarifado: *TEXTO*
Tipo de chamada (local, LD ou a cobrar): *TEXTO*
Direção da chamada (originada ou recebida): *TEXTO*
Número discado (com DDD): *TEXTO*
Tipo de tarifação (VC1, VC2, VC3, AD, etc): *TEXTO*
Código da Operadora LD: *TEXTO*
Descrição da Operadora LD: *TEXTO*
Data da Ligação/Hora da Ligação: *DATA*
Duração (MM:SS): *TEXTO*
Descrição do Serviço: *TEXTO*
Valor: *TEXTO*

- XXX -** Enviar para aprovação do SENADO, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos, o novo modelo de *layout*, caso a CREDENCIADA demande qualquer alteração no *layout* do arquivo, sendo que, em caso de descumprimento, a CREDENCIADA somente receberá o valor das faturas do mês após 20 (vinte) dias do fornecimento do novo *layout* aprovado, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no credenciamento;
- XXXI -** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do SENADO ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, procedimentos operacionais, entre outros;
- XXXII -** Respeitar a privacidade do SENADO com relação aos documentos de cobrança;
- XXXIII -** Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO;
- XXXIV -** Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que excepcionalmente possam vitimar seus empregados e terceirizados nas dependências do SENADO, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto do Contrato de Credenciamento, ou em conexão com ele, devendo adotar todas as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;
- XXXV -** Atender de imediato às solicitações do SENADO, no caso de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, devendo restabelecê-los no prazo de 08 (oito) horas, a contar da notificação;
- XXXVI -** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo SENADO, obrigando-se a atender as reclamações a respeito da qualidade dos serviços prestados;
- XXXVII -** Levar imediatamente ao conhecimento do SENADO qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do Credenciamento,



SENADO FEDERAL

para a adoção das medidas cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários;

- XXXVIII -** Comunicar ao gestor, verbal e imediatamente, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e reduzir a termo em 24 (vinte e quatro) horas as comunicações verbais, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias aos esclarecimentos dos fatos;
- XXXIX -** Responsabilizar-se por todas as obrigações decorrentes do credenciamento, inclusive em caso de subcontratação;
 - XL -** Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, bem como, quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste credenciamento;
 - XLI -** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança determinadas pelo SENADO, instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas dependências internas;
 - XLII -** Concluir o processo de portabilidade no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da solicitação do gestor;
 - XLIII -** Concluir o processo de transferência de titularidade dos acessos no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da solicitação do gestor. Esta transferência poderá ser de pessoa física para jurídica, de pessoa jurídica para física, ou ainda, de pessoa jurídica para pessoa jurídica.
 - XLIV -** Não veicular, em nenhuma hipótese, publicidade acerca do serviço a que se refere o presente credenciamento;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O SENADO não terá qualquer obrigação de fidelização na prestação do serviço, podendo efetuar portabilidade, transferência de titularidade ou cancelamento da linha a qualquer momento. O credenciamento será mantido em vigor mesmo que não haja linhas ativadas, de forma a possibilitar futuras habilitações de serviço(s) nos prazos indicados neste Contrato de Credenciamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Cada linha ativada com a CREDENCIADA será composta de conjunto formado por uma linha de voz e uma linha de dados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não poderá a CREDENCIADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente credenciamento, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - A CREDENCIADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste credenciamento a terceiros, salvo a hipótese de subcontratação na forma estabelecida na cláusula quarta deste ajuste.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - A CREDENCIADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do SENADO ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, procedimentos operacionais, entre outros, nos termos do Termo de Confidencialidade e Sigilo (Anexo 4) do edital, que é parte integrante deste ajuste, para todos os fins.

PARÁGRAFO SEXTO - Aplicam-se a este credenciamento as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

Será permitido o consórcio e a subcontratação parcial entre empresas, nos termos da ANATEL, para atender na integralidade o objeto, mediante justificativa a ser apresentada pela CREDENCIADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o SENADO e a subcontratada, permanecendo a CREDENCIADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e relativas a este Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CREDENCIADA deverá informar previamente ao gestor deste ajuste o a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratada e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contratos e distrato entre as partes, ou outro instrumento equivalente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CREDENCIADA deverá comprovar que a subcontratada atende às condições de habilitação, mediante a apresentação dos documentos exigidos nos itens e subitens 4.1.3, 4.1.4.a, 4.1.5.a, 4.1.6.a, 4.1.6.b, 4.1.6.c do edital, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da subcontratação, devendo substituir, a critério do gestor, a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO – A CREDENCIADA se obriga a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

PARÁGRAFO QUINTO – A subcontratação não exime a responsabilidade técnica e legal da CREDENCIADA, que será solidariamente responsável pelos serviços, danos



SENADO FEDERAL

ou quaisquer outros aspectos (Equipamentos de Proteção Individual, etc.) decorrentes da subcontratação, inclusive de ordem legal e trabalhista.

PARÁGRAFO SEXTO – Será permitido o consórcio entre empresas, nos termos da ANATEL, para atender na integralidade o objeto deste credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A credenciada terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para habilitação da quantidade de linhas solicitada pelo SENADO, contados do registro da solicitação pelos gestores deste ajuste. Os serviços a serem executados, encontram-se discriminados abaixo e deverão seguir os prazos discriminados na Cláusula Sexta.

I - SERVIÇOS OBJETO DO CREDENCIAMENTO

- a) Assinatura de serviço de voz (mensal) – categoria 1: valor fixo mensal para remunerar linha de voz, incluindo o serviço de identificação de chamadas;
- b) Assinatura de serviço de voz (mensal) – intragrupo local: valor fixo mensal para oferecer chamadas gratuitas entre linhas credenciadas da prestadora de serviço registradas numa mesma área de tarifação;
- c) Assinatura de serviço de voz (mensal) – intragrupo DDD: valor fixo mensal para oferecer chamadas gratuitas entre linhas credenciadas da prestadora de serviço registradas em áreas de tarifação diferentes;
- d) Assinatura de serviço de dados (mensal) – categoria 1: valor fixo mensal para o serviço de conexão à Internet via aparelho celular;
- e) Assinatura de serviço de dados (mensal) – categoria 2: valor fixo mensal para o serviço de conexão à Internet via tablet ou modem, devendo estar bloqueado o serviço de voz nestes acessos;
- f) Caixa Postal (acessos): serviço que grava e armazena mensagens de voz oriundas de ligações não atendidas, sendo acessada via celular a partir de qualquer localidade onde a operadora possua cobertura ou serviço de roaming nacional, sendo este serviço remunerado por acesso;
- g) Chamadas para VC1 Móvel/Fixo (minutos): é o valor pago, por minuto, das ligações feitas para acessos fixos da mesma cidade ou para cidades do mesmo DDD;
- h) Chamadas para VC1 Móvel/Móvel – mesma operadora (minutos): é o valor pago, por minuto, das ligações feitas para acessos móveis da mesma operadora, de mesmo DDD;



SENADO FEDERAL

- i) Chamadas para VC1 Móvel/Móvel – Demais operadoras (minutos): é o valor pago, por minuto, das ligações feitas para acessos móveis de outra operadora, de mesmo DDD;
- j) Chamadas para VC1 Móvel em Roaming/Móvel da Mesma Operadora (minutos): é o valor pago, por minuto, das ligações feitas em Roaming para acessos móveis da mesma operadora, de mesmo DDD;
- k) Chamadas para VC1 Móvel em Roaming/Móvel das Demais operadoras (minutos): é o valor pago, por minuto, das ligações feitas em Roaming para acessos móveis de outra operadora, de mesmo DDD;
- l) Chamadas para VC1 Móvel em Roaming para Fixo (minutos): é o valor pago, por minuto, das ligações feitas em Roaming para acessos fixos, de mesmo DDD;
- m) Chamadas para VC2 Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos): é o valor pago, por minuto, quando origina ligação de móvel para móvel da mesma prestadora dentro de sua área de numeração primária ou quando recebe ligação em roaming nacional dentro de sua área de numeração primária;
- n) Chamadas para VC2 Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos): é o valor pago, por minuto, quando origina ligação de móvel para móvel de outra prestadora dentro de sua área de numeração primária;
- o) Chamadas para VC2 Móvel / Fixo (minutos): é o valor pago, por minuto, quando origina ligação de móvel para fixo dentro de sua área de numeração primária;
- p) Chamadas para VC3 Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos): é o valor pago, por minuto, quando origina ligação de móvel para móvel da mesma prestadora fora de sua área de numeração primária ou quando recebe ligação em roaming nacional fora de sua área de numeração primária;
- q) Chamadas para VC3 Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos): é o valor pago, por minuto, quando origina ligação de móvel para móvel de outra prestadora fora de sua área de numeração primária;
- r) Chamadas para VC3 Móvel / Fixo (minutos): é o valor pago, por minuto, quando origina ligação de móvel para fixo fora de sua área de numeração primária;
- s) Adicional por Chamada – AD (por chamada): um valor fixo aplicado a cada ligação recebida pelo Assinante ou por ele originada, quando localizado fora de sua Área de Mobilidade;
- t) SMS (por unidade): “Short Message Service. Mensagens P2P (person to person)” enviadas via celular (aparelho do SMP);
- u) MMS (por unidade): “Multimedia Messaging Service” – serviço de envio de mensagens multimídia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CREDENCIADA deverá prestar os serviços contratados com padrão de qualidade, regularidade, segurança, atualidade, eficiência e modicidade de tarifas, sempre de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Concedente, evitando a interrupção do serviço.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – Cabe à CREDENCIADA zelar sempre pela igualdade de tratamento entre os diversos usuários no acesso aos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas credenciadas não precisam dispor de cobertura nacional, mas deverão prover *roaming* de voz e dados em qualquer parte do território nacional com cobertura celular, por meio de rede própria ou acordo com demais prestadoras.

PARÁGRAFO QUARTO - As empresas credenciadas deverão prover *roaming* de voz em âmbito internacional, conforme tabela de acordos internacionais da CREDENCIADA.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

Para atender os serviços relativos ao contrato, serão acordados os seguintes tempos de execução:

Acordo de Nível de Serviço – Tempo de Execução

Atividades Técnicas nas Operadoras	Tempo para Execução
Nova habilitação	48:00 h
Desativação Linha	04:00 h
Ativação de Serviços	04:00 h
Desativação de Serviços	04:00 h
Bloqueio Linha	04:00 h
Desbloqueio Linha	04:00 h
Troca de Número	04:00 h
<i>Roaming</i> Internacional	24:00 h
Portabilidade	Até 20 dias corridos(*)
Transferência de Titularidade	Até 20 dias corridos(*)
Fornecimento de <i>chip-sim card</i>	04:00 h
Troca de <i>chip-sim card</i>	04:00 h

(*) A contar da solicitação do gestor

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O índice de Nível de Serviço – I_{NS} será avaliado mensalmente, sendo computado por meio da seguinte fórmula abaixo, observadas os critérios informados na sequência:

$$I_{NS}(\%) = 1 - \frac{\sum Q_{NC}}{\sum Q_T}$$

sendo que:

- Q_{NC} representa a quantidade de atividades realizadas em não-conformidade com os prazos estabelecidos na tabela do caput “Acordo de Nível de Serviço – Tempo de Execução”;
- Q_T representa a quantidade total de atividades realizadas no mês;



SENADO FEDERAL

- O *INS* mínimo a ser alcançado pela prestadora será de 90% (noventa por cento);
- Quando o índice mínimo não for alcançado pela Contratada, será aplicada glosa à fatura do respectivo mês, de acordo com a Tabela “Percentuais de glosas a serem aplicadas à fatura do mês”, abaixo:

Percentuais de glosas a serem aplicadas à fatura do mês

Percentual do I_{NS} no mês	Percentual de glosa
$I_{NS} \geq 90\%$	Sem glosa
$85\% \leq I_{NS} < 90\%$	2,5%
$80\% \leq I_{NS} < 85\%$	5,0%
$75\% \leq I_{NS} < 80\%$	7,5%
$70\% \leq I_{NS} < 75\%$	10,0%
$I_{NS} < 70\%$	10,0% além das penalidades descritas na Cláusula Décima Terceira

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CREDENCIADA, pelo objeto deste credenciamento, os valores unitários discriminados nas planilhas a seguir, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

PLANILHAS DE PREÇOS

Planilha 1 – Assinaturas e serviços de valor adicionado

ASSINATURAS E SERVIÇOS DE VALOR ADICIONADO	Valor unitário (R\$)
Assinatura mensal – serviço voz – categoria 1	9,90
Assinatura mensal – serviço voz – intragrupo local	0,00
Assinatura mensal – serviço voz – intragrupo DDD	0,00
Assinatura mensal – serviço dados (acesso à internet Móvel de Banda Larga com direito de uso ilimitado -1Mbps) – categoria 1	29,90
Assinatura mensal - serviço dados (tablet/modem com direito de uso ilimitado 1Mbps) – categoria 2	20,97
SMS dentro da mesma Operadora (por unidade)	0,10
SMS para outras Operadoras (por unidade)	0,10
MMS (por unidade)	0,49
Fornecimento de Sim Card e Mini Sim Card (por unidade)	0,00



SENADO FEDERAL

Planilha 2 - Chamadas do SMP e STFC LD Originadas, Recebidas e a Cobrar

Chamadas do SMP e STFC LD Originadas, Recebidas e a Cobrar		Valor unitário (R\$)
VC 1	Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos)	0,08
	Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos)	0,15
	Móvel para Fixo (minutos)	0,08
	Móvel em <i>Roaming</i> /Móvel da Mesma Operadora (minutos)	0,08
	Móvel em <i>Roaming</i> / Móvel das Demais operadoras (minutos)	0,15
	Móvel em <i>Roaming</i> para Fixo (minutos)	0,08
AD	Valor fixo cobrado por chamada recebida ou originada, quando o usuário estiver localizado fora de sua Área de Mobilidade (por chamada)	0,00
VC2	Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos) – chamadas originadas em qualquer área de tarifação e chamadas recebidas em <i>roaming</i> nacional dentro da área de tarifação primária	0,10
	Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos) – chamadas originadas em qualquer área	0,50
	Móvel para Fixo (minutos)	0,10
VC3	Móvel / Móvel – Mesma Operadora (minutos) – chamadas originadas em qualquer área de tarifação e chamadas recebidas em <i>roaming</i> nacional fora da área de tarifação primária	0,15
	Móvel / Móvel – Demais operadoras (minutos)	0,50
	Móvel para Fixo (minutos)	0,20
LIGAÇÕES A COBRAR	Fixo-Móvel e Móvel- Móvel (minutos)	0,50
CAIXA POSTAL	Caixa postal (por acesso)	0,08



SENADO FEDERAL

Planilha 3 – Ligações SMP e STFC Internacional Originadas e Recebidas, SMS Internacional e MMS Internacional

Ligações SMP e STFC Internacional Originadas e Recebidas, SMS Internacional		Valor unitário (R\$)
MERCOSUL (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai).	Originadas no Brasil para o exterior	2,34
Estados Unidos da América (inclusive Havaí)	Originadas no Brasil para o exterior	1,37
Canadá e demais países das Américas e Antilhas	Originadas no Brasil para o exterior	3,18
Portugal, Açores e Ilha da Madeira	Originadas no Brasil para o exterior	2,34
Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.	Originadas no Brasil para o exterior	2,50
Demais países da Europa e Oriente Médio	Originadas no Brasil para o exterior	2,50
Austrália e Japão	Originadas no Brasil para o exterior	2,50
Demais países da Ásia, Oceania e Ilhas do Pacífico (exclusive Havaí)	Originadas no Brasil para o exterior	4,79
África	Originadas no Brasil para o exterior	4,79
SMS Internacional	Recebidas e Originadas em <i>Roaming</i> Internacional	0,10
MMS Internacional	Recebidas e Originadas em <i>Roaming</i> Internacional	0,49

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global anual máximo estimado do presente instrumento, para o período de 12 meses, é de R\$ 378.428,40 (trezentos e setenta e oito mil, quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução



SENADO FEDERAL

deste credenciamento, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor máximo anual, para cada linha ativada (conjunto formado por linha de voz e linha de dados) será de **R\$ 11.467,53 (onze mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos)**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os valores nesta cláusula, não constituem qualquer compromisso futuro para SENADO, sendo apenas uma previsão de demanda.

PARÁGRAFO QUARTO – O pagamento efetuar-se-á **mensalmente**, por intermédio de depósito em conta bancária da CREDENCIADA, por meio do código de barras contido na fatura ou por meio da modalidade de pagamento de Ordem Bancária de Fatura (O.B.D), via sistemas SIAFI ou SIAFEM, no prazo de 9 (nove) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal discriminada, em 2 (duas) vias, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento ficará condicionado à prévia atestação do gestor na nota fiscal/fatura, após observado o atendimento pela CREDENCIADA dos Níveis de Serviços previstos na Cláusula Sexta, bem como a apresentação das certidões de regularidade fiscal, sob pena de aplicação de penalidades. O gestor indicará, se for o caso, as glosas que devem ser aplicadas à fatura mensal.

PARÁGRAFO SEXTO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CREDENCIADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CREDENCIADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO OITAVO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CREDENCIADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CREDENCIANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



SENADO FEDERAL



$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável durante a vigência deste contrato, sem qualquer reajuste de tarifas.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CREDENCIADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza de Despesa _____, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho n.º _____.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste ajuste, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste credenciamento ou pela sua inexecução total ou parcial, a CREDENCIADA ficará sujeita às seguintes penalidades:



SENADO FEDERAL

I - advertência;

II - multa;

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CREDENCIADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso injustificado na execução deste credenciamento sujeitará a CREDENCIADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto no parágrafo primeiro, a critério do SENADO, este credenciamento poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Findo o prazo limite previsto no parágrafo terceiro sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste credenciamento, podendo ainda o SENADO, a seu critério impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO QUARTO - Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste ajuste vier a ser rescindido por culpa exclusiva da CREDENCIADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste credenciamento, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO OITAVO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CREDENCIADA.

PARÁGRAFO NONO - O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.



SENADO FEDERAL



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato de Credenciamento enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste credenciamento se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

II - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato de Credenciamento terá de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Contrato de Credenciamento.



SENADO FEDERAL

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2013.

**DIRETORA-GERAL
SENADO FEDERAL**

**REPRESENTANTE
CREDENCIADA**

DIRETOR DA _____
DIRETOR DA _____



SENADO FEDERAL



SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSSCDIR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2013

(Processo nº 000.945/13-7)

ANEXO 4

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE QUE ENTRE SI
CELEBRAM O SENADO FEDERAL E [NOME DA
EMPRESA] – VINCULADO AO [CONTRATO
PRINCIPAL] CELEBRADO ENTRE AS PARTES**

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, doravante denominado SENADO ou CREDENCIANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e (RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL – empresa CREDENCIADA), pessoa jurídica com sede na (ENDEREÇO), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (N.º DE INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF), neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente _____ e, sempre que em conjunto referidas, para efeitos deste documento como **PARTES**, ou individualmente como **PARTE** ou ainda, como **PARTE REVELADORA**, quando se tratar da **PARTE** que revelar informações confidenciais ou **PARTE RECEPTORA**, quando se tratar da **PARTE** que tomar conhecimento das informações confidenciais da outra **PARTE**

CONSIDERANDO que, em razão do ajuste a ser celebrado pelas **PARTES**, doravante denominado **CONTRATO DE CREDENCIAMENTO**, as mesmas terão acesso a informações confidenciais, as quais se constituem informação confidencial;

CONSIDERANDO que as **PARTES** desejam ajustar as condições de revelação destas informações confidenciais a serem disponibilizadas para a execução do CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, bem como definir as regras relativas ao seu uso e proteção;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso das informações objeto do Contrato de Credenciamento a ser firmado entre as **PARTES**, cujo objeto é a **prestação conjunta do Serviço Móvel Pessoal – SMP e Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC na modalidade Longa Distância – LD para serviços de telefonia e comunicação de dados a partir de acessos móveis, à medida que houver necessidade**, de acordo com os níveis de serviço definidos e as especificações técnicas relacionadas, mediante condições estabelecidas pelas **PARTES**.



SENADO FEDERAL

RESOLVEM as **PARTES** acima qualificadas, celebrar o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** (“**TERMO**”), acordo vinculado ao Contrato de Credenciamento, mediante as cláusulas e condições que seguem:

1. Cláusula Primeira – Do Objeto

1.1. O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada proteção às informações confidenciais fornecidas por uma das **PARTES** à outra, em razão do CONTRATO DE CREDENCIAMENTO a ser celebrado entre as **PARTES**, a fim de que as mesmas possam desenvolver as atividades contempladas especificamente naquele instrumento, o qual vincular-se-á expressamente a este.

1.2. As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a toda e qualquer informação que seja revelada entre as **PARTES**.

2. Cláusula Segunda: Das Informações Confidenciais

2.1. As **PARTES** se obrigam a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, conforme abaixo definida, que venha a ser, a partir desta data, fornecida pela **PARTE REVELADORA** à **PARTE RECEPTORA**, devendo ser tratada como informação sigilosa.

2.2. Deverá ser considerada como informação confidencial, toda e qualquer informação escrita ou oral revelada à outra **PARTE**, contendo ela ou não a expressão “CONFIDENCIAL”. O termo “Informação” abrangerá toda informação escrita, verbal ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, designs, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de idéia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações legislativas, invenções e idéias, outras informações técnicas, financeiras, dentre outros, doravante denominados “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS”, a que, diretamente ou através de seus diretores, empregados e/ou prepostos, venha a **PARTE RECEPTORA** ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiadas durante e em razão das tratativas realizadas e do CONTRATO DE CREDENCIAMENTO celebrado entre as **PARTES**.

2.3. Comprometem-se, outrossim, as **PARTES** a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso dessas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de forma diversa do de executar o CONTRATO DE CREDENCIAMENTO.

2.4. As **PARTES** deverão cuidar para que as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS fiquem restritas ao conhecimento dos diretores, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e negócios, devendo cientificá-los da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial destas informações.



SENADO FEDERAL

3. Cláusula Terceira – Das Limitações da Confidencialidade

3.1. As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento não serão aplicadas a nenhuma informação que:

3.2. Seja comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão da **PARTE RECEPTORA**;

3.3. Já esteja em poder da **PARTE RECEPTORA**, como resultado de sua própria pesquisa, contanto que a **PARTE RECEPTORA** possa comprovar esse fato;

3.4. Tenha sido comprovada e legitimamente recebida de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;

3.5. Seja revelada em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que a **PARTE RECEPTORA** cumpra qualquer medida de proteção pertinente e tenha notificado a existência de tal ordem, previamente e por escrito, à **PARTE REVELADORA**, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

4. Cláusula Quarta – Dos Direitos e Obrigações

4.1. As **PARTES** se comprometem e se obrigam a utilizar a INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL revelada pela outra **PARTE** exclusivamente para os propósitos deste **TERMO** e da execução do CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações.

4.2. A **PARTE RECEPTORA** se compromete a não efetuar qualquer cópia da informação confidencial sem o consentimento prévio e expresso da **PARTE REVELADORA**.

4.3. O consentimento mencionado no item 4.2 supra, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno, para os fins acima referidos, pelos diretores, empregados e/ou prepostos que necessitem conhecer tal informação, para os objetivos do Contrato de Credenciamento, conforme cláusulas abaixo.

4.4. As **PARTES** comprometem-se a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações.

4.5. A **PARTE RECEPTORA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação confidencial da **PARTE REVELADORA**, bem como para evitar e prevenir revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela **PARTE REVELADORA**. De qualquer forma, a revelação é permitida para empresas controladoras, controladas e/ou coligadas, assim consideradas as empresas que direta ou indiretamente controlem ou sejam controladas pela **PARTE RECEPTORA**.

4.6. A **PARTE RECEPTORA** tomará as medidas de cautela cabíveis, na mesma proporção em que tomaria para proteger suas próprias informações confidenciais, a fim de manter as informações confidenciais em sigilo.



SENADO FEDERAL

4.7. A **PARTE RECEPTORA** possuirá ou firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.

4.8. Cada **PARTE** permanecerá como única proprietária de toda e qualquer informação eventualmente revelada à outra **PARTE** em função deste Termo.

4.9. O presente **TERMO** não implica a concessão, pela **PARTE REVELADORA** à **PARTE RECEPTORA**, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de autoria, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

4.10. A **PARTE RECEPTORA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos às informações confidenciais que venham a ser reveladas.

4.11. A **PARTE RECEPTORA** compromete-se a separar as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** dos materiais confidenciais de terceiros para evitar que se misturem.

5. Cláusula Quinta – Do Retorno de Informações Confidenciais

5.1. Todas as informações confidenciais reveladas por uma **PARTE** à outra permanecem como propriedade exclusiva da **PARTE REVELADORA**, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

6. Cláusula Sexta – Da Vigência

6.1. O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data da revelação das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** por, no mínimo, 02 (duas) legislaturas após o término do CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, ao qual este é vinculado.

7. Cláusula Sétima – Das Penalidades

7.1. A quebra do sigilo profissional, devidamente comprovada, sem autorização expressa da **PARTE REVELADORA**, possibilitará a imediata rescisão de qualquer ajuste firmado entre as **PARTES**, sem qualquer ônus para a **PARTE REVELADORA**. Neste caso, a **PARTE RECEPTORA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela **PARTE REVELADORA**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

8. Cláusula Oitava - Das Disposições Gerais

8.1. O presente **TERMO** constitui acordo entre as **PARTES**, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos os acordos, promessas, propostas, declarações, entendimentos e negociações anteriores ou posteriores, escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** contratantes no que diz respeito ao CONTRATO DE



SENADO FEDERAL

CREDENCIAMENTO, sejam estas ações feitas direta ou indiretamente pelas **PARTES**, em conjunto ou separadamente, e, será igualmente aplicado a todo e qualquer acordo ou entendimento futuro, que venha a ser firmado entre as **PARTES**.

8.2. Este **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** constitui **TERMO** vinculado ao CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, **PARTE** independente e regulatória daquele.

8.3. Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, e da economicidade e, preencherão as lacunas com estipulações que, presumivelmente, teriam correspondido à vontade das **PARTES** na respectiva ocasião.

8.4. O disposto no presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** prevalecerá, sempre, em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as **PARTES** quanto ao sigilo de informações confidenciais, tais como aqui definidas.

8.5. A omissão ou tolerância das **PARTES**, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Termo de Confidencialidade, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

9. Cláusula Nona - Do Foro

9.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste ajuste.

E, por assim estarem justas e contratadas, as **PARTES** assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília, ____ de _____ de 2013.

DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

NOME DA EMPRESA FORNECEDORA



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSCDIR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

(Processo nº 000.945/13-7)

ANEXO 5

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA ASSINATURA DO
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO**

A CREDENCIADA deverá enviar, por ocasião da convocação para assinatura do Contrato de Credenciamento, o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o referido Contrato bem como as informações abaixo relacionadas:

Editais de Credenciamento nº 001/2013
Nome da empresa:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone: (DDD)
Fax: (DDD)
e-mail:
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o credenciamento)
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o credenciamento)
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o credenciamento)
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)



SENADO FEDERAL



SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSSCDIR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

(Processo nº 000.945/13-7)

ANEXO 6

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Ào

Diretor da Secretaria de Administração de contratações do Senado Federal

A empresa (nome / razão social), CNPJ nº _____, com logradouro à (endereço completo), fones de contato nºs _____/_____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) do RG nº _____, expedida pelo _____, e do CPF nº _____, vem por meio desta, solicitar o credenciamento desta empresa para prestação conjunta do Serviço Móvel Pessoal – SMP e Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC na modalidade Longa Distância – LD para serviços de telefonia e comunicação de dados a partir de acessos móveis.

Apresenta, em anexo, todos os documentos exigidos, concordando com as condições previstas no edital de credenciamento.

Atenciosamente,

Em, _____, ____/____/_____.

(local, data)

nome por extenso e assinatura do representante legal



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSCDIR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

(Processo nº 000.945/13-7)

ANEXO 7

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF
(EMPREGADO MENOR)**

(Nome _____ da Associação _____ ou Cooperativa) _____, CNPJ nº _____, estabelecida na _____ (endereço completo) _____, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

Brasília, _____ de _____ de 20__.

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)



SENADO FEDERAL



SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSSCDIR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2013

(Processo nº 000.945/13-7)

ANEXO 8

**DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO SE ENCONTRA EM QUALQUER
SITUAÇÃO PREVISTA NO ITEM 2.2 DESTE EDITAL**

(nome/razão social) _____ inscrita no
CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal
o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de
Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, para fins do disposto no item 2.2 do Edital _____, sob as
sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, não estar a empresa, por
qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar, ou declaradas inidônea
por qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta, federal,
estadual, municipal ou do Distrito Federal.

Brasília, ____ de _____ de 20____.

(representante legal)



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSCDIR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

(Processo nº 000.945/13-7)

ANEXO 9

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada em _____, declara, na forma do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília, _____ de _____ de 20__.

(assinatura do representante legal)